

Estudo Técnico Preliminar 4/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 08230.003103/2023-24

2. Descrição da necessidade

2.1. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens justifica-se em razão da necessidade contínua de deslocamento de pessoal para outras localidades dentro do território brasileiro e, em algumas ocasiões, fora deste, visando cumprir o relevante papel nas atividades prestadas à sociedade por meio da Polícia Federal em Alagoas - SR/PF/AL, cuja interrupção pode comprometer a manutenção das atividades finalísticas e de suporte do Órgão.

2.2. O objeto que se pretende contratar visa possibilitar que o deslocamento de servidores e colaboradores, bem como eventualmente custodiados, por meio do serviço de transporte aéreo de passageiros.

2.3. A atual contratação para emissão de passagens aéreas da SR/PF/AL tem vigência até 09/07/2023, sem possibilidade de prorrogação ordinária.

2.4. Os serviços de emissão de passagens tem natureza continuada e são classificados como imprescindíveis para a SR/PF/AL.

2.5 Os serviços em questão são regulamentados por meio da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 03/2015 e no âmbito da Polícia Federal pela Instrução Normativa DG/PF nº 231/2022.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Administração e Logística Policial - SELOG	Jorge Cley de Oliveira Rosa

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Comprovar aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto, por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, na forma a ser determinada no Termo de Referência. O conteúdo do(s) atestado(s) de capacidade técnica deve ser suficiente para garantir à Administração que o contratado terá aptidão para executar o objeto pretendido.

4.2. Possuir Certificado de Registro concedido pelo Ministério do Turismo, conforme previsto no art. 22, da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e no art. 18 do Decreto nº 7.381/2010.

4.3. Possuir registro perante a Internacional Air Transport Association (IATA), que permita emissão de bilhetes de passagens aéreas.

4.4. Possuir central de atendimento em caráter permanente e de forma ininterrupta, por mensagem, e-mail e/ou telefone, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana, inclusive feriados.

4.5. Possuir Sistema integrado às companhias aéreas para cotação, reserva, emissão, alteração e cancelamento de bilhetes de passagem aérea.

4.6. Demonstrar que está autorizada a operar com as principais companhias aéreas que atuam regularmente nos mercados doméstico nacional e regional (dentre estas GOL/VARIG, TAM, AZUL/TRIP, PASSAREDO) e internacional.

4.7. A contratação dos serviços em tela tem natureza continuada para SR/PF/AL e visa ao desempenho de suas atribuições, em obediência às determinações legais, cuja interrupção pode comprometer a continuidade de suas atividades finalísticas e de

suporte. Dessa forma, para que não haja dispêndios de tempo e recurso humano empregado na instrução processual de nova contratação quando do fim do contrato ora desejado, resta por configurada a necessidade de que a contratação se estenda por mais de um exercício financeiro, no limites da legislação em vigor e desde que mantidas as vantagens econômicas da contratação inicial.

4.8. Não se vislumbra impactos ambientais em decorrência da prestação dos serviços em estudo, no entanto, na execução do objeto a contratada deverá respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, atendendo aos critérios de sustentabilidade previstos na legislação, bem como outros a serem definidos no presente Estudo Preliminar.

4.9. A vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 10 (dez) anos.

4.9.1 Justifica-se ainda a adoção do prazo limite fixado no art. 110, I, da Lei 14.133/21, pelo fato de se tratar de prestação de serviços continuados, em que o contrato necessita estender-se por mais de um exercício financeiro a fim de garantir a continuidade de atividades essenciais e evitar retrabalho de novas contratações.

4.10. Para construção do objeto será considerado as boas práticas das contratações recentes e similares realizadas por outros órgãos e das contratações anteriores da SR/PF/AL.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Para a contratação em tela foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de Pregões Eletrônicos e contratações públicas registradas no site <https://www.gov.br/compras/>, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam as necessidades da Administração.

5.2. O resultado da pesquisa e o extrato das amostras coletadas foram colecionados no documento 29070218 do Processo SEI nº 08230.003103/2023-24. A referida pesquisa, em resumo, considerou 20 editais de licitações realizadas nos último 150 dias.

5.3. Não foi necessária a utilização de audiência pública em virtude do resultado das pesquisas, que foi suficiente para comprovar a viabilidade da metodologia e a disponibilidade de empresas para execução do objeto.

5.4. Pelos dados coletados na pesquisa de preços praticados pela Administração Pública, observou-se que a modalidade de licitação utilizada para o quantitativo que se pretende adquirir é o pregão eletrônico, que tem como tipo o menor preço para o item destinado ao serviço de agenciamento e maior desconto sobre o preços dos bilhetes de passagens e seguro. Quanto o critério de maior desconto para as passagens/seguro, neste foi observado um número menor de licitações, verificado ainda que tem sido mais usual pelos órgãos definir esses sem competição.

5.5. Verificado que estamos diante de um objeto comum, onde as especificações e padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidas, em descrições usuais do mercado. Portanto, aplicável a modalidade Pregão Eletrônico com vista a escolha da proposta mais vantajosa.

5.6 Verificado ainda que em face da indisponibilidade de utilização da ferramenta "Compra Direta" do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, que está sem previsão para disponibilização a todos os órgãos do executivo federal, conforme se pode observa na página "<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/gestao/central-de-compras/compra-direta-de-passagens>", resta aos interessados a contratação de agências de viagens para emissão de bilhetes de passagens áreas e seguro de viagens, visando atender suas necessidades de deslocamento de pessoal por via aérea.

5.7. Verificada também a inviabilidade técnica e econômica para contratação direta de todas empresas de transporte aéreo nacional, pois desta forma a unidade incorreria em flagrante fracionamento de despesas, bem como teria que arcar com um custo muito elevado para gestão de vários contratos para uma mesma finalidade. Ressalte-se que a média histórica de emissões da unidade é de aproximadamente 380 bilhetes ano.

5.8. Considerando as informações levantadas, verificado que a solução viável e que melhor atende as necessidades atuais da SR /PF/AL é a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de agenciamento de viagens para aquisição de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como seguros de viagem.

6. Descrição da solução como um todo

CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As solicitações de serviços serão registradas no Sistema de Concessão de Passagens e Diárias - SCDP pela UNIDADE SOLICITANTE e direcionadas à CONTRATADA, que acessará perfil exclusivo para visualizá-las e atendê-las.

6.1.1. Eventualmente, as solicitações poderão ser direcionadas pelo Solicitante de Passagem do Órgão à CONTRATADA, por meio de telefone e/ou e-mail, com o posterior registro dos atos no SCDP.

6.2. Para recepção das solicitações registradas no SCDP, a CONTRATADA receberá login e senha de acesso a módulo específico do sistema, possibilitando a visualização das solicitações pendentes.

6.3. Para o perfeito cumprimento do objeto, a CONTRATADA deverá dispor de CENTRAL DE ATENDIMENTO para execução dos serviços solicitados, devendo ser as requisições realizadas diretamente no SCDP, exceto nas situações em que este procedimento for inviável, cujo prolongamento cause danos relevantes à celeridade do processo, situações em que as requisições poderão ser realizadas por e-mail ou telefone somente por servidores formalmente designados.

6.4. A UNIDADE SOLICITANTE deve efetuar a análise, escolha das opções e autorização para aquisição levando em consideração as normas vigentes que orientam a emissão de BILHETE DE PASSAGEM, atualmente contidas na IN SLTI nº 3 /2015, orientando a CONTRATADA sobre seus termos e sobre eventuais alterações.

DA CENTRAL DE ATENDIMENTO

6.5. A CONTRATADA deve manter, em caráter permanente e de forma ininterrupta, CENTRAL DE ATENDIMENTO, com acionamento por meio do SCDP ou e-mail ou telefone, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana, inclusive feriados.

6.6. Para recepcionar as solicitações por e-mail ou telefone, a CONTRATADA deverá manter endereço eletrônico para troca de mensagens e sistema telefônico 0800, cujo número deverá ser fornecido à CONTRATANTE no momento da assinatura dos contratos.

6.7. A CONTRATADA deverá gerar número de protocolo para todas as solicitações realizadas por e-mail ou telefone, bem como efetuar a gravação das chamadas telefônicas.

6.8. Os protocolos gerados deverão ser informados aos usuários no início do atendimento.

6.9. As gravações das chamadas telefônicas deverão ser armazenadas por prazo não inferior a 6 (seis) meses e disponibilizadas sempre que houver solicitação da CONTRATANTE.

6.10. A CONTRATADA deverá realizar procedimento de identificação dos servidores autorizados a utilizar este serviço, mediante confirmação de alguns de seus dados pessoais ou outros que julgar necessários.

6.11. A CONTRATANTE deverá, em até 07 (sete) dias úteis após a assinatura do contrato, disponibilizar à CONTRATADA relação contendo as seguintes informações dos servidores autorizados a solicitar serviços por e-mail ou telefone:

- Nome;
- E-mail a partir do qual serão originadas as solicitações;
- Matrícula no SIAPE ou equivalente;
- Unidade de vinculação;
- Cargo/função;
- Data de nascimento; e
- Número do CPF.

6.12. O envio da relação citada no subitem 6.11. é indispensável para o início da prestação dos serviços por parte da CONTRATADA, para as demandas solicitadas por e-mail ou telefone.

6.13. Os BILHETES DE PASSAGEM de VOOS DOMÉSTICOS e VOOS INTERNACIONAIS emitidos por solicitação via e-mail ou telefone deverão ser regularizados por meio da criação de PCDP no primeiro dia útil subsequente à data da solicitação, vinculando os dados do BILHETE DE PASSAGEM emitido, inclusive a cotação realizada pela CONTRATADA.

6.14. Caso a impossibilidade de formalização da demanda via SCDP perdure além do primeiro dia útil subsequente à data da solicitação, o e-mail de solicitação constituirá documento hábil para substituir a PCDP para fins de faturamento, sem excluir a necessidade de regularização prevista no subitem 6.13.

6.15. As solicitações encaminhadas à CONTRATADA, por e-mail ou telefone, deverão conter as mesmas informações previstas para solicitação por meio do SCDP.

DA EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS - VOOS DOMESTICOS E INTERNACIONAIS

6.16. O serviço compreende:

6.16.1. Assessoria: entende-se por assessoria para emissão de BILHETES DE PASSAGEM, o serviço prestado pela CONTRATADA, visando ao auxílio na análise e escolha de melhores opções de voos, observada a cotação quando:

6.16.1.1 Não houver disponibilidade em voos sem escala/conexão ou voos com razoável tempo de duração, devendo a CONTRATADA apresentar opções para que seja analisada aquela que apresente a melhor relação custo x benefício; e

6.16.1.2. Em virtude de ocorrência de evento, seminário, encontro ou situação semelhante, em que o número de passageiros permita a negociação de melhores TARIFAS, visando economicidade.

6.16.2. Cotação: a cotação para emissão de BILHETE DE PASSAGEM realizada pela CONTRATADA deverá refletir com exatidão as informações atualizadas de todos os voos disponíveis nas datas solicitadas, consideradas inclusive as promoções tarifárias vigentes, observadas as condições gerais.

6.16.2.1. O pedido de cotação enviado à CONTRATADA via e-mail ou telefone deverá conter, no mínimo:

- Número da PCDP, quando a demanda já tiver sido registrada no SCDP;
- Nome da UNIDADE SOLICITANTE, com e-mail, telefone e servidor responsável pela demanda;
- Tipo de viagem: nacional ou internacional;
- Natureza de viagem: missão permanente, transitória ou eventual, no caso de viagem internacional;
- Data prevista da partida;
- Data prevista do retorno;
- Cidade de origem;
- Cidade de destino;
- Nome completo do passageiro;
- Data de nascimento do passageiro;
- Número e validade do passaporte, no caso de viagem internacional;
- Dados do visto, no caso de viagem internacional;
- CPF do passageiro;
- Telefone para contato do passageiro;
- Endereço eletrônico do passageiro;
- Classe de voo: econômica ou executiva ou primeira classe, no caso de viagem internacional;
- Horários previstos de início e término do trabalho, evento ou missão no destino;

- Eventual deficiência do passageiro.

6.16.2.2. O resultado deverá ser discriminado por trecho, contendo, além dos dados da solicitação de cotação, as seguintes informações:

- Companhia aérea;
- País/cidades de origem e destino;
- Duração do voo;
- Quantidade e duração das escalas/conexões, se houver;
- Datas e horários do voo e aeroportos utilizados;
- Valor da TARIFA;
- Valor da TAXA DE EMBARQUE.
- Apresentar 3 (três) companhias aérea distintas, no mínimo, quando possível; e
- Priorizar voos diretos ou, quando possível, o menor tempo de duração.

6.16.3. Reserva: a reserva para emissão de BILHETE DE PASSAGEM deverá ser realizada pela CONTRATADA, discriminada por TRECHO e observadas as condições gerais e com base nas informações de cotação contidas na etapa anterior.

6.16.3.1. A CONTRATADA apresentará pelo SCDP, e-mail ou telefone, a reserva contendo o LOCALIZADOR, a data e hora de validade da reserva e demais dados contidos na cotação para a UNIDADE SOLICITANTE, visando à necessária aprovação

6.16.4. Emissão: será realizada pela CONTRATADA observando as condições gerais, com base nas informações de reserva contidas na etapa anterior.

6.16.4.1 Havendo cancelamento em virtude da expiração do prazo da reserva e caso não seja possível reativá-la nos mesmos valores, o procedimento visando à emissão deve ser reiniciado.

6.16.4.2. A informação do BILHETE DE PASSAGEM emitido será enviada pela CONTRATADA à UNIDADE SOLICITANTE, para conferência e cadastramento no SCDP e envio para o passageiro.

SEGURO VIAGEM

6.17. A CONTRATADA deverá providenciar, quando requerido pela UNIDADE SOLICITANTE, em até 8 (oito) horas após a formalização da demanda pelo SCDP, por e-mail ou telefone, no mínimo 3 (três) cotações de SEGURO VIAGEM, com seguradoras, para aprovação do custo e autorização da emissão, observando as regras e as coberturas mínimas previstas na Resolução CNSP nº 315/2014, do Conselho Nacional de Seguros Privados.

6.18. A CONTRATADA DEVERÁ emitir a apólice ou voucher, no prazo de 3 (três) horas após autorização pela CONTRATANTE.

6.19. Os serviços de emissão de SEGURO VIAGEM compreendem a cotação, emissão, alteração, cancelamento e reembolso.

6.20. Será devido à CONTRATADA apenas o valor de repasse referente ao prêmio do SEGURO VIAGEM quando este for emitido juntamente com o BILHETE DE PASSAGEM INTERNACIONAL não podendo, neste caso, a CONTRATADA cobrar remuneração adicional pela prestação deste serviço.

ALTERAÇÃO DE BILHETES DE PASSAGEM - VOOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

6.21. A alteração de BILHETE DE PASSAGEM deve ser precedida de nova cotação e reserva, visando subsidiar a decisão sobre a alteração ou cancelamento seguido de nova emissão, o que for mais vantajoso para a CONTRATANTE.

6.22. As alterações de BILHETES DE PASSAGEM serão requeridas pela UNIDADE SOLICITANTE, pelo SCDP, por E-MAIL ou telefone, discriminadas por trecho.

6.23. Caso a alteração possua mudança ou inclusão de destinos, a CONTRATADA receberá solicitação de nova assessoria para indicação das opções que melhor atendam à demanda.

6.24. A alteração dependerá da disponibilidade de assentos e poderá ensejar em aplicação de multas e eventuais diferenças tarifárias estabelecidas pela companhia aérea.

6.25. Imediatamente após a alteração que resulte em crédito, situação na qual o valor do BILHETE DE PASSAGEM original é superior à soma da multa e da diferença tarifária, a CONTRATADA deverá requerer, imediata e formalmente, o reembolso dos valores aos quais a CONTRATANTE tem direito, para que seja efetuada a glosa do valor em fatura, mediante apresentação de nota crédito e comprovante das companhias aéreas, discriminadas por UNIDADE SOLICITANTE.

6.26. A CONTRATANTE efetuará a conferência das informações e a consequente glosa do valor a que tem direito, no momento em que for viável e possível, levando em consideração o valor da fatura e o tempo necessário para o término da conferência.

CANCELAMENTO DE BILHETES

6.27. Este serviço compreende:

6.27.1. Cancelamento originado pela extinção da demanda. A informação de cancelamento será fornecida pela CONTRATANTE à Central de Atendimento da CONTRATADA, pelo SCDP, por e-mail ou telefone, com base nas informações do bilhete de passagem emitido.

6.27.2. Após o recebimento da informação, a CONTRATADA deve efetuar o cancelamento do bilhete de passagem, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, objetivando a isenção da cobrança de taxa de no-show, quando possível, de acordo com as regras da companhia aérea.

6.27.3. Todas as solicitações de cancelamento devem constar no relatório para controle dos bilhetes de passagem passíveis de reembolso.

6.27.4. O cancelamento originado de demanda de alteração ocorre em duas situações:

a) analisada a cotação, a Unidade Solicitante verifica que há melhor relação custo x benefício com nova emissão, e não com a alteração do bilhete de passagem; e

b) inexistência de voos que permitam a alteração do bilhete de passagem já emitido.

6.27.4.1 Para as situações acima, a CONTRATADA deve efetuar o cancelamento do bilhete de passagem e iniciar o processo de nova emissão, a partir da etapa de assessoria, nova cotação do voo pretendido, para escolha da melhor opção e posterior aprovação, cabendo nesse caso cobrança de remuneração pela nova emissão.

6.27.5. A solicitação de cancelamento será fornecida pela CONTRATANTE à CONTRATADA, pelo SCDP, por e-mail ou telefone, com base nas informações do bilhete de passagem emitido.

REEMBOLSO

6.28. Imediatamente após o cancelamento, a CONTRATADA deverá requerer, na companhia aérea, o reembolso dos créditos provenientes da passagem cancelada. Isso representa, no mínimo, o valor da taxa de embarque.

6.29. A CONTRATADA deve adotar as medidas necessárias para a efetivação do reembolso tão logo lhe seja solicitado o cancelamento do bilhete de passagem ou quando da ocorrência de no-show.

6.30. O reembolso do bilhete de passagem se dará por intermédio de glosa do valor em fatura, mediante apresentação de nota crédito, discriminada por Unidade Solicitante, com os detalhamento das regras aplicadas pelas companhias aéreas e respectivos comprovantes, contendo no mínimo:

a) unidade solicitante;

b) dados do bilhete de passagem;

c) nome do passageiro, origem/destino, data do voo;

d) valor pago;

e) valor da multa; e

f) valor do crédito.

6.31. A CONTRATANTE efetuará a conferência das informações e a consequente glosa do valor a que tem direito, no momento em que for viável e possível, levando em consideração o valor da fatura e o tempo necessário para o término da conferência.

6.32. O reembolso obedecerá as eventuais restrições constantes das condições de sua aplicação, inclusive prazo de reembolso, taxa administrativa e outras penalidades.

6.33. O prazo para reembolso não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias contados da data da solicitação, excetuando situações atípicas e devidamente autorizadas e regulamentadas pelo Governo Federal (fato do príncipe), a exemplo do reembolso no período da pandemia pelo COVID.

REPASSE

6.34. O repasse refere-se aos valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas as companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos adquiridos.

6.35. Os valores citados no subitem anterior serão repassados as companhias aéreas por meio da CONTRATADA e seus comprovantes deverão ser juntados ao faturamento.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A decisão de se fazer uma nova contratação se dá em razão de não haver expectativa do restabelecimento da Compra Direta, procedimento adotado pelo Governo Federal para aquisição de passagens aéreas nacionais diretamente das empresas aéreas.

7.2. O atual Contrato nº 02/2018 - SR/PF/AL, firmado entre a SR/PF/AL e a empresa MONEY TURISMO para aquisição de passagens aéreas nacionais e internacionais terá sua vigência encerrada em 09/07/2023, sem possibilidade de regular prorrogação.

7.3. Visando chegar o mais próximo do quantitativo de itens e de valores para nova contratação, para atender as futuras demandas da SR/PF/AL com emissão de passagens aéreas nacionais, internacionais e seguros viagem foram levantados os gastos dos referidos itens entre 2018 e 2023.

7.4. Os gastos e valores executados em 2020 e 2021 não foram considerados em razão da suspensão desses serviços, em decorrência da pandemia pela COVID-19.

7.5. Para definição da preço médio das passagens e considerando que não há regulação desses preços pelo Governo, bem como que o histórico da unidade aponta para um aumento significativo no preço das passagens, de aproximadamente 100%, quando comparados os exercício de 2018 e 2023, por exemplo. Entende-se por prudente considerar os valores médios mais recentes para referenciar o preço médio de passagens e seguro.

7.6. Com base no histórico de execuções, na a premissa definida no item anterior e o resultado esquadrinhado na tabela Resumo Histórico de Consumo, inserida no arquivo SEI 29128415 do Processo SEI 08230.003103/2023-24, estima-se como preço médio das **passagens nacionais** o valor de **R\$ 1.386,00** (um mil, trezentos e oitenta e seis reais).

7.7. Com base no histórico de execuções, na a premissa definida no item 7.5 acima e o resultado esquadrinhado na tabela Resumo Histórico de Consumo, inserida no arquivo SEI 29128415 do Processo SEI 08230.003103/2023-24, estima-se como preço médio das **passagens internacionais** o valor de **R\$ 7.923,00** (sete mil novecentos e vinte e três reais).

7.7.1. Justifica-se a utilização do histórico da PF para estimativa de preços das passagens internacionais, tendo em vista que não ocorreu execução desse tipo de despesa na SR/PF/AL nos últimos cinco anos. Também, pela similaridade dos motivos que ensejam compra de passagens internacionais, que seriam: a extradição de pessoas e participação em eventos de capacitação, por exemplo.

7.8. Com base no documento "Pesquisa para contratação de seguro para viagens internacionais", colecionado SEI 29128415 do Processo SEI 08230.003103/2023-24, estima-se um preço médio de R\$ 162,00 reais para emissão de seguros de viagem.

7.9. Com base no histórico de serviços de agenciamento, amparados nos relatórios colecionados no documento "Resumo Histórico de Consumo" do SEI 29128415 do Processo SEI 08230.003103/2023-24, verifica-se uma média 383 eventos para o período pesquisado. Considerando o contínuo crescimento das demandas de atendimento no serviço público, número de

servidores e de eventos que ensejem compra de passagens aéreas, por segurança contratual e afim de evitar o retrabalho de nova contratação, sugere-se a crescer a média retrossalientada em 10%. Portanto, estima-se o quantitativo de **422 agenciamentos/ano** para compor o objeto em estudo.

7.10. Considerando que não há histórico de consumo para emissão de passagens internacionais e seguros de viagem para SR/PF/AL nos últimos cinco anos; Considerando ainda que o evento é previsível face as atribuições constitucionais da SR/PF/AL, que podem ensejar a necessidade de deslocamento internacional de pessoas; Consideraremos a estimativa identificada no Processo nº 08230.005096/2018-38, que tratou a atual contratação, formalizada em 2018, na qual foi estimada a quantidade anual de **04 eventos de emissão de passagens internacionais** e os necessários **seguros de viagem**, também na quantidade de **04 eventos**. O citado processo está relacionado ao Processo em andamento, no caso o de nº 08230.003103/2023-24).

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 617.292,00

8.11. Considerando os quantitativos e valores identificados nos capítulos 6 e 7, em resumo, segue tabela com os quantitativos de serviços e valores de referenciais, bem como o valor máximo estimado para a contratação em estudo:

Item	Descrição	Critério de Julgamento	Quantidade Estimada	Valor Unitário / Desconto (%)	Valor Máximo para o item
1	Serviço de agenciamento	Menor Preço	430	R\$ 0,14	R\$ 60,02
2	Emissão de Passagens Nacionais	Maior desconto	422	R\$ 1.386,00	R\$ 584.892,00
3	Emissão de Passagens Internacionais	Maior Desconto	04	R\$ 7.923,00	R\$ 31.692,00
4	Emissão de Seguro de Viagem	Maior Desconto	04	R\$ 162,00	R\$ 648,00
Valor Máximo Anual Estimado					R\$ 617.292,20

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em regra, o objeto a ser licitado deve ser dividido em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2. A regra geral disposta no item acima, no entanto, não se aplica a presente demanda, por questões eminentemente operacionais, sendo necessário o agrupamento dos itens. Justifica-se ainda a inviabilidade de desagrupamento dos itens referente ao repasse do valor das passagens, haja vista serem decorrentes do respectivo serviço de agenciamento. Assim, afasta-se o caráter de parcelamento e sugere-se a licitação com os itens agrupados em um único grupo de disputa, composto de itens referentes aos repasses dos valores das tarifas e taxas devidas as companhias aéreas em razão do agenciamento, que consiste na emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos, internacionais, seguro viagem e serviços correlatos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A presente contratação ocorre de forma independente, não se vinculando a qualquer outra contratação para que possa surtir seus efeitos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto proposto está contemplado no Planejamento Estratégico do Órgão, conforme definições da Resolução nº 005-CGPF/PF, de 12/08/2021, especificamente quanto:

"...

2.5. Objetivo: Conferir Efetividade no Emprego dos Recursos

Conferir efetividade e modernização de técnicas voltadas à gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

...

2.5.2. Ação Estratégica: Padronizar a Gestão de Compras e Contratações Padronizar e otimizar as atividades de aquisição de bens e serviços, atuando na elaboração de processos de compras em todas as suas modalidades, objetivando a racionalização das aquisições com foco na economicidade. Assim como, acompanhar e controlar sistematicamente a execução dos contratos, agindo de forma proativa e preventiva para o pleno cumprimento das cláusulas previstas no instrumento contratual, bem como analisar e verificar a necessidade de ajustes, melhorias e renovações.

..."

11.2. O objeto em estudo está previsto no Plano Anual de Contratações da SR/PF/AL para o exercício de 2023, conforme dados a seguir:

- Id pca PNCP: **00394494000136-0-000019/2023**

- Id do item no PCA: **155**

- Classe/Grupo: **678 - SERVIÇOS DE AGÊNCIA DE VIAGENS, OPERADORAS DE TURISMO E GUIATURÍSTICO**

- Identificador da Futura Contratação: **200358-9/2022**

- Valor total estimado: **R\$ 360.000,00**

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12. Garantir o desempenho das atividades institucionais da Polícia Federal em Alagoas, evitando-se interrupções, além de buscar maior economia e controle acerca do serviço prestado.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não serão necessárias quaisquer adequações, quer seja logística, infraestrutura, pessoal, procedimental ou regimental no âmbito da SR/PF/AL.

13.2. Realizar a licitação para escolha da proposta mais vantajosa para esta Administração.

13.3. Formalizar a nova contratação e executar os serviços a partir de 10/07/2023, evitando assim quebra de continuidade em sede de serviços contínuos e indispensáveis para SR/PF/AL.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não se vislumbra impactos ambientais resultantes da execução da contratação em estudo.

14.2. Quando aplicáveis, a CONTRATADA deverá observar as diretrizes e regras quanto a sustentabilidade ambiental, previstas no Decreto nº 7.746/12 e regulamentos, devendo respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizar ou mitigar os efeitos dos danos ao meio ambiente.

14.3. A CONTRATADA deverá ainda atender aos critérios de sustentabilidade descritos abaixo, quando possível:

14.3.1 Selecionar materiais com baixo impacto ambiental e baixo consumo de energia, materiais reciclados ou recicláveis, com otimização dos produtos ou das técnicas, de forma a obter maior eficiência no uso de energia e menor desperdício de materiais;

14.3.2. Otimizar o uso dos sistemas de distribuição e logística para redução do consumo de energia de transporte e redução dos impactos ambientais (maior eficiência de energia ou uso de energia ambientalmente compatível); e

14.3.3. Apresentar todos os serviços contratados em uma faturas digitais, em modo eletrônico (e-mail), evitando, assim, utilização do papel.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de toda a análise desenvolvida no estudo preliminar, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação em termos de disponibilidade de mercado, forma de prestação de serviço e custos envolvidos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JORGE CLEY DE OLIVEIRA ROSA

PCF / Responsável pela Demanda

FERNANDO AQUINO DE OLIVEIRA REGO

AADM / Integrante Técnico

FERNANDO FERRAZ FERNANDES DE OLIVEIRA

ADM / Integrante Administrativo

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - SEI_PF - 29148108 - Estudo Preliminar - DESPACHO.pdf (140.51 KB)

**Anexo I - SEI_PF - 29148108 - Estudo Preliminar -
DESPACHO.pdf**

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não se vislumbra impactos ambientais resultantes da execução da contratação em estudo.

14.2. Quando aplicáveis, a CONTRATADA deverá observar as diretrizes e regras quanto a sustentabilidade ambiental, previstas no Decreto nº 7.746/12 e regulamentos, devendo respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizar ou mitigar os efeitos dos danos ao meio ambiente.

14.3. A CONTRATADA deverá ainda atender aos critérios de sustentabilidade descritos abaixo, quando possível:

14.3.1 Selecionar materiais com baixo impacto ambiental e baixo consumo de energia, materiais reciclados ou recicláveis, com otimização dos produtos ou das técnicas, de forma a obter maior eficiência no uso de energia e menor desperdício de materiais;

14.3.2. Otimizar o uso dos sistemas de distribuição e logística para redução do consumo de energia de transporte e redução dos impactos ambientais (maior eficiência de energia ou uso de energia ambientalmente compatível); e

14.3.3. Apresentar todos os serviços contratados em uma faturas digitais, em modo eletrônico (e-mail), evitando, assim, utilização do papel.

15. Declaração de Viabilidade Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de toda a análise desenvolvida no estudo preliminar, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação em termos de disponibilidade de mercado, forma de prestação de serviço e custos envolvidos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

JORGE CLEY DE OLIVEIRA ROSA

PCF / Responsável pela Demanda

FERNANDO AQUINO DE OLIVEIRA REGO

AADM / Integrante Técnico

FERNANDO FERRAZ FERNANDES DE OLIVEIRA

ADM / Integrante Administrativo

DESPACHO - SR/PF/AL

1. Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar (doc. SEI nº 29148108), nas condições e quantidades aqui definidas, por caracterizar as necessidades, descrever os requisitos, alternativas, escolhas, avaliação de custos, resultados pretendidos e demais informações necessárias à contratação de serviços de interesse da SR/PF/AL, no caso, para aquisição de passagens aéreas.

LUCIANA PAIVA BARBOSA

Delegada de Polícia Federal

Ordenadora de Despesas

(assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO FERRAZ FERNANDES DE OLIVEIRA, Pregoeiro(a)**, em 24/05/2023, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO AQUINO DE OLIVEIRA REGO, Chefe de Núcleo**, em 24/05/2023, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JORGE CLEY DE OLIVEIRA ROSA, Chefe de Setor**, em 24/05/2023, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA PAIVA BARBOSA, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 24/05/2023, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **29148108** e o código CRC **8D16A123**.

Referência: Processo nº 08230.003103/2023-24

SEI nº 29148108